

## O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira

### *The debt of the Brazilian population: the role of financial education*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.4759>

Diogo Del Fiori<sup>1</sup>  
Salomão Franco Neves<sup>2</sup>  
Mauro Thury de Vieira Sá<sup>3</sup>  
Raimundo Onedilson Lino Vieira Junior<sup>4</sup>

*Artigo submetido em 10/09/2023. Aceito em 05/06/2024.*

**Resumo:** Este estudo analisa o nível do comprometimento da renda e o endividamento das famílias brasileiras entre 2010 e 2018. A crise financeira de 2008 nos Estados Unidos se espalhou no mundo em virtude do endividamento da população. Os tomadores de empréstimos tinham baixo nível de educação financeira. Com elevada oferta de crédito, as famílias acabam tendo um alto endividamento, acarretando a obtenção de novos empréstimos, ocasionando recordes nos índices de endividamento nos últimos anos. É crucial a conscientização das famílias para melhor administrarem suas finanças. A pesquisa é quantitativa, sendo que foram descritos indicadores da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor e da Confederação Nacional do Comércio. O indicador de comprometimento da renda que consta no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil e as informações do consumo das famílias brasileiras foram adquiridas da Pesquisa de Orçamento Familiar. Os resultados mostram que de 2010 a 2018 houve a expansão do endividamento, com o aumento de 55,3% para 63,7% da utilização do cartão de crédito, ocasionando elevação do comprometimento da renda de 2010 até 2015, com diminuição até 2017 e uma ligeira elevação em 2018, sendo que as despesas correntes são compostas majoritariamente de despesas de consumo e outras despesas correntes. **Palavras-chave:** Endividamento. Inadimplência. Educação Financeira. Finanças Pessoais.

**Abstract:** This study analyzes the level of income commitment and indebtedness of Brazilian families between 2010 and 2018. The 2008 financial crisis in the United States spread around the world due to the indebtedness of the population. Borrowers had a low level of financial education. With a high supply of credit, families end up with a high level of debt, resulting in new loans being taken out, which has led to record debt levels in recent years. It is crucial to make families aware of the need to better manage their finances. The research is quantitative, using indicators from the Consumer Indebtedness and Default Survey and the National Trade Confederation. The income commitment indicator on the Central Bank of Brazil website and information on the consumption of Brazilian families was acquired from the Family Budget Survey. The results show that from 2010 to 2018, there was an expansion of indebtedness, with an increase from 55.3% to 63.7% in the use of credit cards, leading to an increase in the commitment of income from 2010 to 2015, with a decrease until 2017 and a slight increase in 2018, with current expenses being composed mainly of consumption expenses and other current expenses.

**Keywords:** Debt. Default. Financial education. Personal finances.

---

<sup>1</sup> Doutor em Economia. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [diogo\\_fiori123@yahoo.com.br](mailto:diogo_fiori123@yahoo.com.br);  
ORCID: 0000-0002-1315-1233

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [salomao@ufam.edu.br](mailto:salomao@ufam.edu.br);  
ORCID: 0000-0003-1853-3940

<sup>3</sup> Doutor em Economia. Universidade Federal do Amazonas. Email: [mtvsa@ufam.edu.br](mailto:mtvsa@ufam.edu.br);  
ORCID 0000-0002-8127-4091

<sup>4</sup> Graduado em Economia. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [raimundo.lino@gmail.com](mailto:raimundo.lino@gmail.com);  
ORCID 0009-0004-0464-1419

## Introdução

Após os anos 2000, ocorreu uma expansão extraordinária dos mecanismos financeiros, uma combinação dos mecanismos já existentes com introdução de procedimentos novos. A crise financeira e econômica que teve início em 2008 nos Estados Unidos, espalhando-se depois para o resto do mundo, teve como gatilho justamente o endividamento da população. Naquele caso, os empréstimos que representaram o estopim da crise foram os concedidos a uma camada específica da população para financiamento de imóveis. Os tomadores eram cidadãos com baixo nível de alfabetização geral, baixa educação financeira (Donadio; Campanario; Rangel, 2012).

Com grande oferta de crédito, as famílias entraram em uma grande dívida. O problema do caso é que, para pagar as dívidas, são feitas novas aquisições de crédito, o que acaba se tornando um ciclo vicioso para as famílias, isso ocasiona também um grave problema na macroeconomia monetária quando ocorre a inadimplência, pois, ao se reduzir a chance de obter crédito, há um impacto no consumo e em setores do varejo. Por meio desse evento, quando as linhas de créditos se tornaram mais acessíveis, os índices de endividamento das famílias bateram recordes nos últimos anos.

De acordo com as informações da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o Brasil teve 63,6 milhões de consumidores em situação de inadimplência no primeiro semestre de 2018, abrangendo, com relação à força de trabalho com ocupação, um pouco mais da metade, tendo por base a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua (PNADC) e levando-se em consideração o indicador de crédito do Banco Central do Brasil (BACEN). No que tange à sua renda, houve uma alta elevação do endividamento das famílias brasileiras, no ano de 2010 tendo sido em média de 37,5% e alcançando um máximo de 46,39% em abril de 2015, sendo considerado grande se for levado em consideração o ano de 2007, que apresentou um percentual um pouco mais elevado que 27%.

No decorrer do período de 2010 a 2014, de acordo com a média dos indicadores de endividamento da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), há uma melhora dos números do endividamento das famílias. No entanto, a partir de 2015, inicia-se o crescimento dos indicadores de endividamento, ficando acima dos anos que antecederam a 2010. Em 2010, por exemplo, a porcentagem de famílias endividadas foi em média de 60,9%,

chegando a 64% em 2013 e ficando em 62,6% em 2017, o uso do cartão de crédito foi o principal fator do endividamento.

De acordo com os índices do comprometimento da renda com operações de crédito, calculado pelo BACEN, em relação à renda, houve elevação do seu comprometimento entre 2010 e 2018. Em janeiro de 2018, o cartão de crédito foi a principal fonte de endividamento, tendo por premissa os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), já no que tange ao cartão de crédito sob a tutela da população, no Brasil, as movimentações financeiras e transações aumentaram de 2007 a 2018, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS).

As informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) no que se refere às informações a respeito de despesas com consumo mostraram que a despesa corrente é composta majoritariamente pela despesa de consumo, composta por alimentação, habitação e transporte, equivalendo a 61,3% da despesa total.

Nesse sentido, é válido questionar até que ponto o indivíduo pode comprometer sua renda com a obtenção do crédito, tendo por certo que esse pagará os juros correspondentes ao adiantamento da remuneração referente a um dado período de tempo e mais ainda: de que forma esse crédito é possivelmente utilizado e como a educação financeira possibilitaria uma boa utilização desse crédito e controle do nível de endividamento para maximizar o bem-estar e minimizar o nível de inadimplência, dadas as influências do mercado de crédito e o comportamento de consumo que são os principais fatores para o endividamento e uma posterior inadimplência em muitos casos.

Com base nesses questionamentos, e identificados os fatores, é essencial a busca de conscientização das famílias, dentro ou não do contexto de endividamento, dos benefícios em suas vidas do uso e da administração financeira eficaz, por meio de métodos práticos de educação financeira, que englobem a aquisição de habilidades para que os recursos pessoais sejam administrados de maneira mais eficiente.

Assim sendo, entende-se educação financeira como a condição de um indivíduo para entender os conceitos financeiros de maior destaque para que as finanças pessoais sejam administradas de forma mais consistente, por meio de uma maior conscientização e habilidade, bem como um maior conhecimento a respeito de questões financeiras, riscos e como solicitar ajuda para que suas finanças pessoais sejam administradas de uma melhor maneira por meio de escolhas com conhecimento financeiro, a fim de que possam usufruir de uma elevação das suas condições financeiras.

Para manter o controle do comprometimento da renda oriunda da aquisição de crédito e das despesas, eliminando ou minimizando o risco de endividamento, é identificado um roteiro com base em conceitos de educação financeira, o que atende o terceiro objetivo específico. Os passos definidos a serem cumpridos são dados em duas etapas e quatro passos: a primeira etapa é a criação de um fluxo de caixa aliado a um orçamento e um posterior diagnóstico das entradas e saídas; já na segunda etapa é feita a elaboração de objetivos e investimentos, nos quais é especificada a destinação de recursos por meio de elaboração de metas a serem atingidas, buscando um bem-estar financeiro e alcance dos objetivos.

O passo um consiste em elaborar um fluxo de caixa para melhor controlar as saídas e entradas de dinheiro por meio da realização um levantamento para identificar a necessidade de se eliminar itens desnecessários de consumo, com o fito de se buscar uma maior poupança. O segundo passo consiste em erradicar dívidas caso sejam existentes, por meio de algumas ações destinadas a eliminar produtos que podem ser erradicados em uma situação de emergência, como carros, mantendo os custos dos alimentos, inserindo somente o necessário, direcionando as famílias a economizar o máximo exequível.

O passo três envolve uma acumulação destinada a reserva de emergência para que seja aplicada em uma caderneta de poupança ou em fundo de renda fixa de baixo risco, dado a viabilidade desta aplicação nos dias de hoje em que a inflação se encontra em baixos patamares. O quarto passo é a etapa da conquista da independência financeira, que demandam tanto um comprometimento quanto uma dedicação maior, haja vista que é a fase em que os Investimentos são consolidados e são definidos os futuros desejos e sonhos. Para que se tenha êxito na consolidação do plano de investimento, que é de longo prazo, há que se ter disciplina para que o consumo seja evitado.

Nesse contexto, o objetivo geral apoia-se em elaborar um modelo de educação financeira com base em revisões bibliográficas e abordar a importância do uso da educação financeira na vida das famílias brasileiras. Mais especificamente, propõe-se: a) apresentar por meio de uma revisão bibliográfica os principais aspectos comportamentais de consumo; b) identificar o quanto, os meios e com o que o brasileiro se endivida e usa o seu dinheiro, utilizando dados fornecidos por instituições sociais de estudos financeiros da população brasileira; c) apresentar os conceitos básicos de educação financeira e fornecer os passos a serem dados para decisões adequadas e planejadas de consumo, para alcançar o equilíbrio financeiro almejado.

## 1 Referencial Teórico

As dificuldades financeiras são decorrentes de diversos fatores, desde a relação com salários baixos, acesso ao crédito em virtude de facilidades apresentadas, gerando conseqüente falta de capacidade de pagamento, juros abusivos, práticas consumistas excessivas até a ausência de uma educação financeira (Costa, 2015). O endividamento, segundo o autor, ocorre devido a diversos motivos, sendo os principais: aspectos comportamentais, facilidade de obtenção de crédito e um deficiente conhecimento em educação financeira. Esta seção fundamenta esses fatores para uma melhor compreensão das principais causas do endividamento.

Os critérios de seleção do referencial teórico foram: artigos publicados em congressos realizados no Brasil e também de periódicos nacionais e internacionais, bem como dissertações e livros nacionais e internacionais disponíveis *online* e com acesso livre que englobam os anos de 1999 a 2016, cuja abordagem seja o tema educação financeira de forma abrangente<sup>5</sup>, que teve por premissa o estudo do Plano Diretor (Brasil, 2011). O referido plano apontou três definições para o consumo, o primeiro seria o fato de que comprar faz bem, o segundo o sentido de pertencimento referente à inclusão e o terceiro o *status* referentes a bens, que simbolizam a posição social, o que torna a autoestima melhor, pois essas facilidades para pagar refletem na ausência de reflexão anterior e na importância do planejamento financeiro para a vida do cidadão, na medida em que torna viável o ato de se administrar o dinheiro, consumo, entre outros.

Dentre as bibliografias pesquisadas inicialmente, descartaram-se os artigos que embora parecessem expressar em seu título discussões abrangentes sobre educação financeira, não eram amplos com relação ao tema deste artigo, focando somente em uma abordagem específica ou em outros aspectos como a álgebra, progressão aritmética, plano cartesiano, funções, conjuntos, trigonometria, bem como de trabalhos que tratavam de aplicação de ferramentas da matemática financeira, como fluxo operacionais, fluxos de investimento, fluxos de financiamento, regime de capitalização, cálculo de juros simples, regime de capitalização composta, séries uniformes de prestações periódicas postecipadas e antecipadas.

Dessa forma, a teoria econômica de John Maynard Keynes (1936) que explica o comportamento do consumo frente à elevação da renda foi apresentada com o objetivo de dar

---

<sup>5</sup> Tema educação financeira abordada, seja no ensino fundamental e médio, como para a sociedade como um todo, abrangendo pessoas de todas as classes sociais.

maior robustez ao referencial teórico, que mostra aumento do endividamento quando a renda aumenta, bem como tornar a pesquisa um estudo na área de economia.

### 1.1 Comportamento do consumidor

No que se refere ao estudo sobre comportamento do consumidor, esse é baseado nas escolhas, preferências, percepções, hábitos, motivações, desejos e necessidades dos consumidores, características englobadas na cultura, fatores pessoais, sociais e psicológicos (Freitas *et al.*, 2013).

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), o comportamento do consumidor é melhor compreendido por meio de três etapas: preferências do consumidor, restrição orçamentária e escolhas do consumidor.

A primeira etapa consiste na preferência do consumidor em uma mercadoria com relação a outra. A segunda etapa leva em consideração os preços que podem restringir a quantidade de mercadoria a ser adquirida. Já na terceira etapa, a melhor combinação de escolhas que maximizam a satisfação do consumidor ocorre mediante as preferências e limitações da renda.

É possível o questionamento da ideia de o consumidor tomar a melhor decisão que maximiza a satisfação, pois, sabe-se que o consumidor nem sempre toma decisões de compra racionalmente. Muitas vezes, as compras são realizadas por impulso, ignorando ou não levando em conta suas restrições orçamentárias, assumindo, assim, dívidas (Pindyck; Rubinfeld, 2006).

O consumo é uma atividade econômica que consiste na utilização, destruição ou aquisição de bens ou serviços, sendo um ato efetuado pelas famílias, empresas ou outros agentes econômicos, permitindo-se satisfazer as respectivas necessidades (Pais *et al.*, 2013).

O consumo faz parte da sobrevivência do ser humano, ou seja, precisa-se comprar para alimentar, vestir, ter moradia, conforto, dentre outros. Devido à busca incessante para satisfazer essas necessidades e desejos, os consumidores vêm consumindo mais do que podem pagar, surgindo a partir daí situações de endividamento (Brown; Taylor; Price, 2005).

No modelo keynesiano simples, o consumo são os gastos das famílias com a aquisição de bens de consumo e é uma função crescente de sua renda disponível, portanto, quanto maior a renda disponível maior também será o consumo.

O comportamento do consumo em relação à renda disponível pode ser representado por uma função linear do tipo, conforme Blanchard (2007):

$$C = a + b YD \quad (1)$$

Onde:

$a$  = consumo autônomo, ou seja, a parcela da demanda por bens de consumo que é influenciada por outros fatores que não sejam a renda corrente, tais como a taxa de juros, o nível de patrimônio das famílias, as facilidades de crédito aos consumidores e outros fatores;

$b$  = propensão marginal a consumir, sendo a razão entre o acréscimo de consumo em relação ao acréscimo da renda disponível;

$YD$  = renda disponível.

O consumo não é errado, pelo contrário, ele atende às necessidades pessoais e às vontades impulsivas. O problema está quando o consumidor começa a comprar de forma excessiva e impensada, passando de um consumidor consciente para um compulsivo, tal fenômeno é denominado consumismo (Costa, 2015).

O consumismo é algo posto pela sociedade, que dá a ideia de que sempre é preciso mais, estar na moda, ter tecnologia moderna, sempre lançando tendências de consumismo (Freitas *et al.*, 2013). O consumismo, neste caso, torna-se um ato de ingestão de produtos e/ou serviços de maneira excessiva, que pode ser influenciado pela mídia, bem como pelo ambiente sociocultural e industrial, levando ao gasto desnecessário.

No consumo, as pessoas adquirem somente aquilo que lhes é necessário para sobreviver. Já no consumismo, há um gasto demasiado em produtos que vão além do que se necessita (Costa, 2015).

O consumo inadequado também pode se dar pelo materialismo e segundo Santos (2014), o materialismo se refere à situação na qual as posses materiais atuam como um importante fator para o estabelecimento e manutenção de estados mentais positivos, tais como apego aos objetos que funcionam para o bem-estar para as pessoas.

O comportamento do consumidor também se caracteriza por sua imagem na sociedade, na qual a posição de cada pessoa no seu grupo social é definida em termos de papéis. Por conseguinte, o consumo determina *status*, diferenciação e semelhança entre os outros. É uma forma de as pessoas se sentirem interligadas à sociedade (Pereira; Strehlau, 2012).

Eastman *et al.* (1999) observam que o *status* pode ser de três tipos: herdado (luxo fundado nos valores da aristocracia), por realização (conferida por saber, poder ou respeito) e

pelo consumo (ou seja, *status* pelo consumo de produtos simbólicos em determinada sociedade). O estudo se limita no âmbito do consumo.

Vive-se em uma sociedade de consumo em que as pessoas adquirem mais do que necessitam, sem grande preocupação com o valor instrumental dos produtos/serviços (Grohmann; Battistella; Radons, 2012), caracterizando o modo obsessivo de muitos atos consumistas.

## **1.2 Endividamento e inadimplência**

Marques (2010) ressalta que o sujeito estar endividado é algo comum, pois para consumir os produtos e serviços, os indivíduos adquirem dívidas.

Na história da humanidade, a maior parte das pessoas foram endividadas, pelo menos em algum ponto de sua vida. Portanto, o endividamento é algo construído culturalmente ao longo do tempo (Assous, 2013). Esse fato pode se caracterizar como cultural, de certa forma necessário ou não, mas a sociedade argumenta como comum. Quando o indivíduo compromete uma parcela superior a sua renda se torna um problema denominado de sobre-endividamento, que traz como consequência a possível inadimplência: quando não se cumpre os pagamentos nos prazos estabelecidos.

Os termos endividamento e inadimplência ainda são vistos por muitos como sinônimos. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), quando uma pessoa pega emprestado recursos financeiros para adquirir algum bem, ela está se endividando.

Segundo Olivato e Souza (2007), inadimplência é quando o indivíduo contrai um montante tão elevado de saldo devedor que ultrapassa suas condições de pagamento, e assim os prazos pré-estabelecidos não são cumpridos. O excesso de dívidas pode levar o consumidor à situação de inadimplência, fato que se dá quando não se consegue pagar um compromisso financeiro até a data de seu vencimento.

O risco de crédito ou inadimplência está embutido na taxa de juros. O que acaba definindo e alterando o consumo, pois, quanto maior o nível de inadimplência em uma economia, maior também será a taxa de juros aplicada. Há várias maneiras de um indivíduo ou das famílias ficarem endividadas e/ou inadimplentes, principalmente, pelo fato de existir possibilidades de compras mesmo sem ter qualquer quantia de dinheiro no momento da compra. Para melhor entendimento, essas maneiras serão descritas nas próximas subseções.

A posição do sistema financeiro no sistema econômico de um país é um instrumento que tem como principal função uma relação com a eficiência da capacidade de alocação dos recursos entre os agentes econômicos. Assim, o mercado financeiro promove a realocação de recursos, por meio da concessão de crédito intermediado por instituições financeiras (Araújo, 2014).

A inadimplência dos consumidores pode ser influenciada pelo cenário econômico. O mercado financeiro possibilita que agentes independentes ofertem créditos ao consumidor, gerando a possibilidade de expansão de consumo e aumentando naturalmente a cesta de consumo e de propensão cada vez maior para a compra (Araújo, 2014).

Diante disso, é fundamental a busca da redução da inadimplência em uma economia. Com o aumento da taxa de juros por meio de uma política monetária contracionista, o consumo é conseqüentemente reduzido, pois o crédito mais caro reduz os empréstimos para consumo, acarretando a queda dos preços de bens e serviços. Já uma redução na taxa de juros ocasiona um aumento do consumo e do investimento, o que influencia a demanda agregada e fomenta o crescimento da economia, caracterizando uma política monetária expansionista, na qual ocorre o aumento de crédito para os bancos, que por sua vez repassam para seus clientes, muitas vezes com condições facilitadas (Belliomini; Payés, 2016).

As famílias dificilmente tomam consciência do custo do crédito, portanto não realizam a comparação entre ofertas mais competitivas e tampouco consideram os juros embutidos nos financiamentos e empréstimos, muitas apenas consideram se o valor da parcela a ser paga está dentro de sua capacidade de pagamento. Isso pode gerar enganos quanto ao cumprimento de seus compromissos financeiros, uma vez que a economia pode se modificar rapidamente (Belliomini; Payés, 2016).

Para Sandroni<sup>6</sup> (2003) *apud* Lorensi *et al.* (2011), crédito é a transação comercial em que o comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de um período determinado.

O crédito se remete à confiança de uma pessoa a outra em ceder, por um tempo estipulado, parte de seu patrimônio, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse de forma integral, depois de decorrido o prazo, sendo proporcional à real necessidade do tomador (Vieira, 2014).

O crédito pode ser um negócio lucrativo para quem o concede, mas pode se tornar um pesadelo para quem o utiliza, já que muitos chegam a comprometer quase a totalidade de sua

---

<sup>6</sup> SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2003.  
INFORME ECONÔMICO (UFPI) – ISSN 2764-1392  
ANO 26 – VOLUME 49 – NÚMERO 2 – JULHO-DEZEMBRO, 2024

renda, chegando a um nível de endividamento tão grave que pode pôr em risco até sua própria subsistência (Silva; Souza; Fajan, 2013). Isso é um fato muito comum, pois o indivíduo trabalha para pagar as dívidas e não consome o dispêndio como recompensa do trabalho.

Um dos principais fatores da ocorrência do endividamento familiar é o crédito fácil. Crediários, empréstimos, financiamentos e cartão de crédito são os principais (Lorensi *et al.*, 2011).

De acordo com Vieira (2014) e a PEIC de 2017, classificam-se as principais ofertas de produtos de crédito que endividam os brasileiros: cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal, carnês, financiamentos de casa e de carro.

### 1.2.1 Empréstimos

Existem muitas razões pelas quais os consumidores tomam empréstimos. Financiar uma educação, comprar uma casa, financiar reformas de casa, comprar um carro, financiar o consumo, financiar um negócio, financiar um investimento, dentre outros. Tendo por base as principais formas de endividamento, destaca-se o empréstimo via cartão de crédito, seja pela segurança do uso, possibilidade de aumentar o poder de compra ou pela possibilidade de parcelamento. Contudo, apesar destes pontos positivos do uso do cartão de crédito, e por se tratar de item de fácil acesso, muitos consumidores não utilizam de forma adequada (Medeiros *et al.*, 2014).

De acordo com Vieira (2014), cartão de crédito é uma forma de efetuar pagamento de modo eletrônico. É uma modalidade de crédito capaz de permitir aos usuários que realizem compras de bens e serviços, bem como saques em dinheiro, desde que estes não ultrapassem os limites de crédito concedido. Algumas justificativas para uso do cartão de crédito incluem o benefício de não ter que carregar dinheiro consigo e o crédito facilitado para compras não previstas.

Por esses motivos, o cartão de crédito se tornou uma opção de pagamento segura que pode ser usada a qualquer momento (Figueira; Pereira, 2014).

Littwin (2008) ressalta que o cartão de crédito tem se tornado cada vez mais disponível, inclusive para famílias de baixa renda, conforme as operadoras de cartão foram estendendo crédito aos consumidores de maior risco. Sem possibilidade de pagar suas contas em dia, estes consumidores são os que mais pagam juros, representando o segmento mais lucrativo da indústria de cartões.

Veludo-de-Oliveira, Ikeda e Santos (2004) afirmam que a popularização do cartão de crédito em diversos segmentos da população tem ocasionado mudanças no comportamento de grupos que não tinham acesso a esse serviço, percebendo-se que o crescimento do acesso ao cartão de crédito tem ocasionado um aumento do número de inadimplentes. A vulnerabilidade do consumidor brasileiro no que diz respeito aos cartões de crédito torna-se preocupante, o crescimento acelerado do número de indivíduos que utilizam cartão de crédito fez, principalmente, ocorrer o aumento dos níveis de endividamento e inadimplência. Nesse cenário, o cartão de crédito é o protagonista e vilão do endividamento.

O empréstimo via cartão de crédito é um empréstimo rotativo, tipo linha de crédito, que exige um pagamento mensal mínimo, sendo apenas a despesa de juros. Dessa forma, torna-se importante o pagamento total da fatura do cartão ou linha de crédito, caso contrário, a despesa total com juros será maior, pois, o pagamento mínimo ou parcial prolonga o período de quitação do débito. O recomendado é comprometer no máximo 30% de toda sua renda com qualquer tipo de empréstimo (Lusardi, 2019).

Muitos brasileiros utilizam empréstimos de alto custo, como empréstimos de dia de pagamento, em que os juros são calculados conforme a quantidade de dias de posse do empréstimo. Outro tipo é o de penhor, em que veículos, casas e outros bens são dados como garantia para o credor. Também, muito popular e de alto custo são os empréstimos de aluguel, em que ao invés de adquirir um produto ou serviço por completo para si próprio, o detém apenas alugando, pagando muitas vezes um valor final acima da compra do produto ou serviço utilizado (Lusardi, 2019).

### 1.2.2 Juros

Taxa de juros é o preço do dinheiro que os economistas também definem como o custo de oportunidade do dinheiro. Ela é medida como um percentual de alguma unidade de tempo (Lusardi, 2019).

Keynes (1936) define taxas de juros como sendo um prêmio que se deve pagar aos detentores das riquezas, para que se dê continuidade à liquidez, ou para que não entesourem moeda. Ainda nas palavras de Keynes (1936), taxa de juros é o preço de se manter riqueza em forma líquida, em vista da quantidade de moeda disponível. Poupança e empréstimos são os exemplos mais clássicos onde estão aplicadas as taxas. Os dois têm significados parecidos: na poupança o indivíduo empresta dinheiro ao banco e no empréstimo ocorre o inverso.

Essencialmente, os indivíduos tendem a linearizar (juros simples) a fórmula da composição de juros. É a tendência a subestimar o valor futuro de uma variável crescendo a uma taxa constante de juros compostos.

Existem duas formas de juros: simples e compostos. Nos juros simples, a taxa é aplicada apenas no valor principal, enquanto nos compostos a taxa é aplicada tanto no principal quanto nos juros já ocorridos em determinado tempo, conhecido como juros sobre juros. Entender os juros simples e compostos é essencial para quaisquer estratégias de investimento e responsabilidades com as dívidas, principalmente os compostos, cujos rendimentos no curto e médio prazo não fazem tanta diferença, mas no longo prazo podem gerar uma grande riqueza, porém, em relação a dívidas deve-se ficar atento, pois, poderão dobrar rapidamente, tornando-se um ciclo vicioso de acumulação de dívidas (Lusardi, 2019).

Entendendo os juros é possível identificar o valor temporal do dinheiro, no qual é melhor ter uma unidade de moeda hoje do que no futuro, pois o indivíduo poderá investir e obter mais de uma unidade de moeda no futuro, raciocínio esse denominado de valor do dinheiro no tempo (Lusardi, 2019). Esse depende da taxa de juros, então, é importante avaliar as condições para tomar suas decisões com o dinheiro em mãos hoje e com a visão no futuro.

### **1.3 Educação financeira**

A educação financeira está vinculada à otimização da relação custos *versus* benefícios. O conjunto de atributos formais que proporciona uma compreensão lógica dos fatores internos e externos que influenciam o ambiente de tomadas de decisões pode ser adquirido por meio da educação financeira, permitindo o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões firmes, para o gerenciamento dos recursos pessoais e para uma maior atuação no âmbito financeiro, melhorando assim a condição de vida (Costa, 2015).

Segundo Brasil (2010, p.9):

A educação financeira pode conscientizar os indivíduos para a importância do planejamento financeiro, a fim de desenvolverem relação equilibrada com o dinheiro e adotarem decisões sobre finanças e consumo de boa qualidade, podendo beneficiar a todas as pessoas, independentemente do nível de renda.

Educação financeira é o grau de entendimento de um indivíduo acerca dos conceitos financeiros chave, bem como a habilidade e confiança para administrar de forma apropriada suas finanças pessoais, por meio de decisões de curto-prazo e planejamento financeiro de longo

prazo, em meio às mudanças das condições econômicas e aos eventos que ocorrem em sua vida (Donadio; Campanario; Rangel, 2012).

Um fator determinante no endividamento é a falta de planejamento orçamentário das famílias. Para Alves (2007), o problema das famílias está na falta de educação financeira, resultando na ausência de planejamento. Uma inserção do tema no currículo educacional brasileiro possibilitaria um desenvolvimento de conhecimentos financeiros e técnicas contábeis básicas, suficientes para a sociedade, pois o endividamento pessoal não está diretamente ligado à renda do indivíduo, e sim à forma como ele administra as suas receitas e despesas.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), educação financeira é a maneira como os consumidores/investidores financeiros melhoram seu entendimento acerca de riscos financeiros, produtos e conceitos e, por intermédio de aconselhamento objetivo, instrução e informação, elevam suas aptidões e a segurança para se transformarem em indivíduos mais conscientes de ensejos financeiros e de riscos, elevando-se também a realizarem escolhas com discernimento, a terem conhecimento de como obter ajuda e a realizar ações eficientes para elevar suas condições financeiras (OCDE, 2005).

Habilidades, competências, conhecimentos e conceitos econômicos são imprescindíveis para as atividades mais cotidianas realizadas pelos indivíduos que estão inseridos na economia de mercado.

Entender, em algum grau, as bases econômicas, linguísticas, legais e sociais atinentes às ações de cunho econômico realizadas no cotidiano é requisito para a socialização econômica da população e suas interações. O conhecimento mínimo de juros, preço, valor e propriedade e a condição de análise e entendimento de documentos financeiros são exemplos de variáveis relacionadas da educação financeira da população, como de forma informal em processos familiares de introdução à lógica econômico-financeira e a sociais, bem como de maneira institucionalizada em ambientes de ensino, como escolas (Hofmann; Moro, 2012).

Segundo Gallery *et al.* (2011), embora não haja um conceito definido de forma universal sobre educação financeira, uma conceituação frequentemente usada é a condição para se realizar julgamentos e realizar decisões consistentes no que tange à administração e uso do dinheiro. Promover a educação financeira das pessoas para tornar a tomada de decisão mais fácil passou a ser um tema de caráter mundial.

A educação financeira não se resume somente em se ter conhecimento a respeito do dinheiro, mas também possui relação com o bem-estar social e a saúde financeira, tendo uma função no cotidiano de cada um. A oferta de informações se constitui como objeto da educação

financeira e seu objetivo é propiciar o conhecimento para usar os instrumentos do mercado financeiro, administrar de uma maneira mais eficaz a efetivação de aquisições, analisar adequadamente os juros de algum bem e investir de maneira mais eficiente (D'Aquino, 2008).

De acordo com Jacob, Sharyl e Malcolm (2000), o termo financeiro abarca inúmeras atividades concernentes ao dinheiro no cotidiano, desde investir, adquirir um seguro, obter um empréstimo por intermédio da organização de um orçamento mensal, controlar cheque e gerenciar um cartão de crédito, ao passo que educação engloba entendimento de atitudes, normas sociais, direitos, leis, práticas e termos dessas cruciais tarefas financeiras. É fato que a capacidade para ler e aplicar conhecimentos de matemática básica é crucial para realizar escolhas financeiras de forma eficiente.

A pesquisa *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de riscos e pesquisas da Standard & Poor's), citada por Klapper et. al (2014) é baseada em entrevistas realizadas em 2014 com mais de 150 mil adultos em 144 países é um dos mais extensos estudos já realizados sobre educação financeira no mundo.

De acordo com o estudo, apenas 35% dos brasileiros são financeiramente educados, ou seja, 65% dos brasileiros necessitam e devem ser de forma gradual educados financeiramente, percentual este considerado elevado para o momento financeiro do país, em que o equilíbrio das finanças das famílias deve estar controlado e sustentável. O Brasil está atrás de alguns dos países mais pobres do mundo como Madagascar, Togo e Zimbábue (Klapper *et al*, 2014).

A referida pesquisa investigou se os entrevistados de cada país dominavam quatro conceitos financeiros básicos: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos. Uma pessoa é definida como financeiramente educada quando responde corretamente a, pelo menos, três dos quatro conceitos financeiros básicos (Klapper *et al*, 2014).

Surpreendentemente, as taxas de educação financeira diferem enormemente entre as principais economias avançadas e emergentes do mundo. Em média, 55% dos adultos nas principais economias avançadas - Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos - são financeiramente educados. Em contraste, nas principais economias emergentes - os BRICSs (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul) -, em média, 28% dos adultos são educados financeiramente (Klapper *et al*, 2014).

No contexto identificado, o aumento da dívida das famílias no sistema financeiro nacional, conseqüentemente, reduz a poupança e as famílias economizam pouco, então os empréstimos se tornaram bem mais acessíveis e fáceis e como a maioria das pessoas não são educadas financeiramente, é fácil ver o reflexo da educação financeira na vida das famílias. As

responsabilidades individuais se tornam cada vez mais importantes, tanto a curto, médio e principalmente quando se trata em pensamento a longo prazo, como previdência social e as aposentadorias.

#### **1.4 Controle e planejamento financeiro**

A pesquisa realizada em agosto de 2018 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostra que oito em cada dez consumidores (82%) estão no limite do orçamento. Esse fato demonstra a importância de um controle e planejamento financeiro.

Existem alguns instrumentos que possibilitam decidir onde, como e quando alocar os recursos disponíveis da renda das famílias. São esses: fluxo de caixa aliado ao orçamento e definição de objetivos e investimentos. Apresentados os principais conceitos financeiros (taxa de juros, inflação, impostos pessoais, investimentos e riscos) e suas implicações, torna-se mais fácil elaborar e entender um planejamento financeiro pessoal. Os primeiros passos estão em elaborar um fluxo de caixa e um orçamento, seguindo para as definições de objetivos e investimentos.

##### *a) Passo um*

O fluxo de caixa é um instrumento de controle para as entradas e saídas de dinheiro, sua realização permite um diagnóstico e apontamentos para um possível corte em itens desnecessários de consumo, buscando equilíbrio com a receita e possibilitando uma poupança maior. O orçamento atua como aliado, no qual é elaborada a perspectiva de entrada e saída e ao final de cada período deve ser feita uma comparação do que foi previsto no orçamento e o que realmente foi realizado no fluxo de caixa. Ao elaborar um orçamento é importante a disciplina para cumpri-lo, pois é fundamental em todos os contextos buscar gastar menos que a renda familiar.

A tabela 1 apresenta um modelo simples de fluxo de caixa aliado ao orçamento, sendo esse o primeiro passo a ser dado para busca do controle financeiro. É importante observar que a diferença total deve estar próxima ou igual a zero, em que a receita subtrai o total do gasto nos itens e, caso seja negativo, deve-se cortar gastos, caso seja positivo, o recurso deve ser deslocado automaticamente para a poupança e investimentos (Lusardi, 2019).

**Tabela 1 - Modelo simples do fluxo de caixa aliado ao orçamento**

DESPESA DO MÊS POR ITEM								
-	1	2	3	4	5	6	7	-
Dia	Habitação	Alimentação	Transporte	Saúde	Vestuário	Diversos	Poupança	Total
1	4	8	4	4	4	8	4	36
2	4	8	4	4	3	6	3	32
3	4	8	4	4	3	6	3	32
Total	12	24	12	12	10	20	10	100
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>24</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>100</b>
<b>Orçado</b>								
<b>Receita</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>100</b>
<b>Esperada</b>								
<b>Diferença</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>0</b>
<b>Total</b>								

Fonte: elaborado pelo autor com base em Frankenberg (1999).

*b) Passo dois*

O primeiro objetivo a se fazer é com o intuito de livrar-se do endividamento, caso o tenha. De acordo com Garcia (2018), o passo a ser dado é a elaboração de um orçamento específico para redução de custos. A família poderá estruturá-lo para se adequar a necessidade de livrar-se da dívida, seguindo quatro etapas:

- i. Estabelecendo os custos alimentares, adicionando apenas o necessário e buscando economizar o máximo possível.
- ii. Incluir os custos básicos: IPTU, água, energia, gás, entre outros.
- iii. Excluir itens que podem ser cortados em situações de emergência. Como por exemplo um carro ou outros serviços e produtos adquiridos, pois todo corte possível facilitará e dará rapidez na eliminação do saldo devedor.
- iv. Retirar itens desnecessários que podem ser excluídos imediatamente.

*c) Passo três*

Ao longo da vida, as famílias poderão enfrentar situações financeiras delicadas, mesmo sem estarem endividadas. Os imprevistos, as doenças e as mudanças podem atingir em diversas ocasiões e por vezes podem ser inevitáveis (Frankenberg, 1999). Por esse motivo, o segundo objetivo a ser iniciado a partir do momento da quitação de todos os débitos é o de acumulação para uma reserva de emergência. É preciso ter reservas para enfrentar momentos difíceis e com a inflação controlada nos dias atuais (Cabral, 2017), se torna mais sadio obter uma caderneta de poupança ou algum fundo de investimento de baixo risco para alocar os recursos.

Nesse sentido, essa etapa pode ser elaborada ou continuada na mesma forma da anterior. O recomendado é ter uma reserva de no mínimo 6 vezes o custo mensal, quanto mais, melhor (Cabral, 2017). Agindo dessa maneira, a reserva dará condições de ser usada em ocasiões de imprevistos, não sendo necessária uma busca intensa por crédito com juros elevados, cheque especial e dentre outros, evitando qualquer risco ao endividamento, pois o plano de reserva já o deixará preparado.

*d) Passo quatro*

O terceiro objetivo, sendo o plano de maior importância, é o de independência financeira, que deve ser acompanhada de uma dedicação maior e com mais comprometimento, pois é o momento em que entram os Investimentos e são implantados os sonhos e desejos futuros. Disciplina é a chave para alcançá-la, pois deve seguir firmemente o plano estabelecido, principalmente, por se caracterizar como um plano de longo prazo, evitando deixar-se levar pelas tentações de consumo. É um sacrifício dolorido, principalmente, pelos aspectos comportamentais já sabidos, mas que valerá muito e não ocasionará arrependimentos quando alcançada em alguns anos (Leal; Do Nascimento, 2015).

Os dois primeiros objetivos dão o início para a independência financeira, pois, é necessário dinheiro para iniciar qualquer projeto, moldando os parâmetros necessários para a busca dos sonhos. Montar o próprio negócio, viajar, comprar um carro, uma casa e dentre outros são os diversos sonhos dos brasileiros, algo abstrato, que deve ser transformado em concreto e palpável (Frankberg, 1999).

Formulados os objetivos, é possível estabelecer um programa de poupança e investimentos, aplicando um valor ou percentual fixo da receita mensal, que ditará o tempo em que será alcançado o objetivo. As aplicações variam e existem aplicações em renda fixa e variável que são escolhidas de acordo com o perfil do investidor.

É fundamental considerar os rendimentos das aplicações, os impostos, inflação, incentivos, dentre outros, e os custos envolvidos na administração das contas, para uma perspectiva mais próxima do exato momento do resgate. Definido o tipo de aplicação, é importante avaliar a questão de segurança e liquidez, avaliando a instituição por onde será feita a aplicação e que traga confiança e retorno (Frankberg, 1999).

Um dos maiores programas de investimento que a maioria dos consumidores fará durante a sua vida é o seu plano de aposentadoria, assim sendo, o passo 4 consistirá em três estágios distintos: no primeiro estágio, um consumidor deve decidir sobre sua meta de

rendimento na aposentadoria e determinar a quantidade de poupança que precisará acumular para sustentar essas retiradas. No segundo estágio, o consumidor deve determinar quanto precisa ser economizado a cada ano para atingir esse saldo alvo. Como regra geral, muitos consultores financeiros recomendam que as pessoas economizem 10% de sua renda para a aposentadoria, mas se uma pessoa aumenta sua taxa de poupança acima de 10%, ela pode se aposentar mais cedo, e se ela economizar de forma agressiva, pode até alcançar completa liberdade financeira em uma idade jovem (Lusardi, 2019)

Deve-se incluir simultaneamente em todos os objetivos a aplicação de recursos destinados para o plano de aposentadoria privada. Para a realização do terceiro estágio e na aplicação de recursos para aposentadoria, é preciso buscar aplicação segura, sem risco e de boa liquidez. Entretanto, no último objetivo, de independência financeira, as aplicações podem ter risco mais elevado, buscando um retorno mais alto.

Dicas para acumulação gradual de patrimônio:

- Começar a economizar, poupar e investir cedo, quanto mais cedo, melhor, deixando a composição dos juros trabalhar para você, para que possa estar preparado para qualquer imprevisto.
- Gaste sempre menos do que você ganha e não comprometa mais que sua renda pode sustentar.
- Não é possível obter retornos maiores sem assumir riscos maiores.
- Levar em consideração a inflação e todos os custos em seus planejamentos.
- Dividir rigidamente a poupança para as prioridades e objetivos previamente definidos.

## **2 Metodologia da pesquisa**

A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (Prodanov; Freitas, 2009).

O método utilizado foi o observacional e monográfico. Para Gil (2008), o método observacional apenas observa algo que acontece ou já aconteceu e, segundo Prodanov e Freitas (2009), o método monográfico é o processo de pesquisa que visa examinar o tema selecionado de modo a observar todos os fatores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos.

O procedimento adotado consiste em pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2009), caracteriza-se por ser elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Os dados de endividamento e uso do dinheiro da população brasileira desse trabalho foram coletados por meio de publicações de instituições de pesquisas brasileiras e os fatores comportamentais e de mercado foram extraídos de revistas, artigos, livros e páginas da internet. Os métodos de aplicação da educação financeira foram compilados com conceitos financeiros e um roteiro dos passos a serem dados para o alcance do bem-estar financeiro.

A abordagem pode ser quantitativa e/ou qualitativa, segundo Prodanov e Freitas (2009), quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e as informações para classificá-las e analisá-las. Já a qualitativa se caracteriza como um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. O estudo tem sua abordagem quantitativa, pois foram tratados utilizando recursos estritamente quantitativos.

Para identificar o nível de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras, este estudo compreende dados referentes à PEIC da Confederação Nacional do Comércio (CNC). A PEIC é mensurada todos os meses, com a coleta de informações realizadas no Distrito Federal e em todas as capitais dos estados por meio de uma amostra de 18 mil consumidores. Indicadores cruciais de inadimplência e endividamento são mensurados com o fito de se descrever a característica do endividamento, a visão com relação a sua condição de pagamento e o patamar de comprometimento com dívidas do consumidor.

A taxa de famílias endividadas está relacionada ao percentual de famílias que detém dívidas adquiridas ou contas com cheques pré-datados, cartões de crédito, prestações de seguros e carros, aquisição de imóvel, empréstimo pessoal.

Taxas de famílias com dívidas ou contas em atraso estão relacionadas ao montante de famílias que detém dívidas ou contas em atraso no mês e não terão condições de pagar, tal fato também está relacionado com a parcela das famílias endividadas que não possuirão condições de arcar seus compromissos com dívidas ou contas com cheques pré-datados, cartões de crédito, prestações de seguros e carros, aquisição de imóvel, empréstimo pessoal no próximo mês, tornando-se inadimplentes.

O monitor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) é um resumo realizado em todos os meses dos valores relacionados às transações com cartões nas modalidades débito e crédito, segmentados por tipos de pagamento (parcelada e à vista), por setores de atividade do estabelecimento e por regiões do Brasil.

As informações acerca dos cartões de crédito apresentadas pela ABECS no monitor são das bandeiras American Express, Diners, Elo, MasterCard, Visa e Hiper, entre outras. São considerados no monitor os cartões de débito que fornecem acesso direto a contas bancárias (poupança, corrente, etc.) que detêm as bandeiras American Express (na modalidade débito), Visa, MasterCard, Banricompras. Os dados coletados são organizados mensalmente, trimestralmente e anualmente.

Os dados referentes ao comprometimento da renda das famílias com operações de crédito foram obtidos no sítio do Banco Central do Brasil (BACEN). O comprometimento de renda se refere à proporção entre os valores médios trimestrais a ser despendidos em todos os meses no serviço das dívidas (juros e amortização) das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a renda média dos trimestres das famílias líquidas de impostos, que consta na Renda Disponível Bruta das Famílias restrita (RNDBF) divulgado pelo IBGE. O Banco Central publica também o comprometimento de renda ajustado sazonalmente, de acordo com as equações 1 a 7.

$$CR_t = \frac{PMT_{MM3M}}{RNDBF_{MM3M}} \quad (1)$$

$$CR_t = \left( \frac{PMT_{MM3M}}{RNDBF_{MM3M}} \right)_{dessaz} \quad (2)$$

Onde:

$CR_t$  = Comprometimento da renda em t;

$PMT_{MM3M}$  = média móvel de 3 meses do pagamento mensal (serviço da dívida);

$RNDBF_{MM3M}$  = média móvel de 3 meses da renda disponível publicada pelo IBGE.

A média aritmética simples nos períodos t, t-1 e t-2 resulta na média móvel de 3 meses do pagamento mensal no período t.

$$PMT_{MM3M} = \frac{PMT_t + PMT_{t-1} + PMT_{t-2}}{3} \quad (3)$$

O dispêndio de todos os meses — serviço da dívida ou prestação mensal — equivale ao somatório do pagamento de todos os meses em cada modalidade “m” no período t.

$$\begin{aligned}
 &PMT_t \\
 &= \sum_m PMT_{m,t}
 \end{aligned} \tag{4}$$

Os dispêndios de todos os meses em cada modalidade “m” é função da taxa média de juros da modalidade referente à carteira, do prazo médio de amortização da dívida “p” e do saldo da carteira da modalidade.

$$\begin{aligned}
 &AMORT_{m,t} \\
 &= \frac{\text{Saldo da carteira}_{m,t}}{p}
 \end{aligned} \tag{5}$$

Sendo:

- p no cheque especial = média da base específica de dados internos;
- p no cartão rotativo = 6,7 meses (hipótese de pagamentos mensais equivalentes a 15% da dívida);
- p no financiamento imobiliário =  $(2n - 1)$ .

$$\begin{aligned}
 &JUROS_{m,t} \\
 &= \text{taxa média de juros}_{m,t} \times \text{Saldo da carteira}_{m,t}
 \end{aligned} \tag{6}$$

$$\begin{aligned}
 &PMT_{m,t} = AMORT_{m,t} \\
 &\quad + JUROS_{m,t}
 \end{aligned} \tag{7}$$

Os valores dos Indicadores do Comprometimento da renda com operações de crédito do Banco Central e os indicadores de endividamento da PEIC são mensais e foram calculadas médias anuais para o período de estudo, fornecendo informações para a elaboração dos gráficos 1 e 3.

Em termos conceituais, a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) equivale à renda total das famílias, levando em consideração a obtenção de transferências adquiridas com descontos das transferências despendidas, como contribuições sociais e impostos, bem como os rendimentos adquiridos pela utilização de fatores de produção (capital e trabalho). Essa medida representa a renda agregada das famílias que estão à disposição para a poupança e o consumo final.

Mais detalhadamente, a RNDBF engloba benefícios sociais que abarcam benefícios da seguridade social e assistência social, outros benefícios de seguro social e benefícios de assistência social. Também são englobados os excedentes operacionais brutos que equivale a rendas de investimento, subtraindo-se as rendas despendidas pela utilização dos recursos naturais, rendimentos mistos brutos, os salários dos empregados, as rendas de propriedade e de aluguéis efetivos imputados para o setor institucional das famílias, rendas distribuídas das empresas para as famílias e juros líquidos adquiridos, que são rendas de propriedade, e a distribuição das rendas para as famílias realizadas pelas empresas. Dessa totalidade, são descontadas as remessas para o exterior e os outros setores institucionais realizados pelas famílias, outras transferências correntes líquidas feitas pelas famílias; contribuições eficazes das famílias, imposto sobre o patrimônio e renda.

O endividamento é resultado tendo por premissa a relação entre o saldo das famílias no Sistema Financeiro Nacional e a RNDBF restrita, nos últimos doze meses acumulada. As informações estão relacionadas à utilização de crédito feita pelas instituições financeiras no Brasil com aqueles que estão devendo, sendo majoritariamente residentes no país, exceto algumas operações que são realizadas por pessoas que estão residindo no exterior. Leva-se em consideração a totalidade das dívidas obtidas por pessoas físicas, com o Sistema Financeiro Nacional, canalizadas para o financiamento imobiliário e o consumo, excetuando-se microcrédito, descontos de cheques, créditos atrelados ao BNDES, crédito rural. Dessa forma, não foram levadas em consideração operações canalizadas para atividades produtivas exercidas pelas famílias.

Os dados de consumo das famílias brasileiras foram obtidos por meio da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2008-2009) e para a criação dos passos a serem dados no controle do endividamento e aumento gradual de patrimônio é utilizado como base o curso de Finanças Pessoais do Centro Global de Excelência Literária Financeira (GFLEC) cuja autoria pertence à Lusardi (2019).

### **3 Análise de dados e resultados**

#### **3.1 Endividados e inadimplentes no Brasil**

Segundo a PEIC, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), o total de famílias brasileiras endividadadas, com renda de até dez salários-mínimos (onde se encontra a grande massa da população brasileira) atingiu em janeiro de 2018 o patamar de 62,9%, em que

28,2% estão com dívidas em atraso e 11,0% não terão condições de quitar suas dívidas. Esses dados são apresentados na tabela 2.

**Tabela 2 - Síntese dos resultados do total de endividados e da situação do endividamento das famílias no período de julho de 2016, julho de 2017 e janeiro de 2018 - Brasil**

<b>Período</b>	<b>Total de endividados</b>	<b>Dívidas ou contas em atraso</b>	<b>Não terão condições de pagar</b>
JUL/16	60,8%	26,2%	10,1%
JUL/17	60,4%	27,0%	11,5%
JAN/18	62,9%	28,2%	11,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da CNC-PEIC (2018).

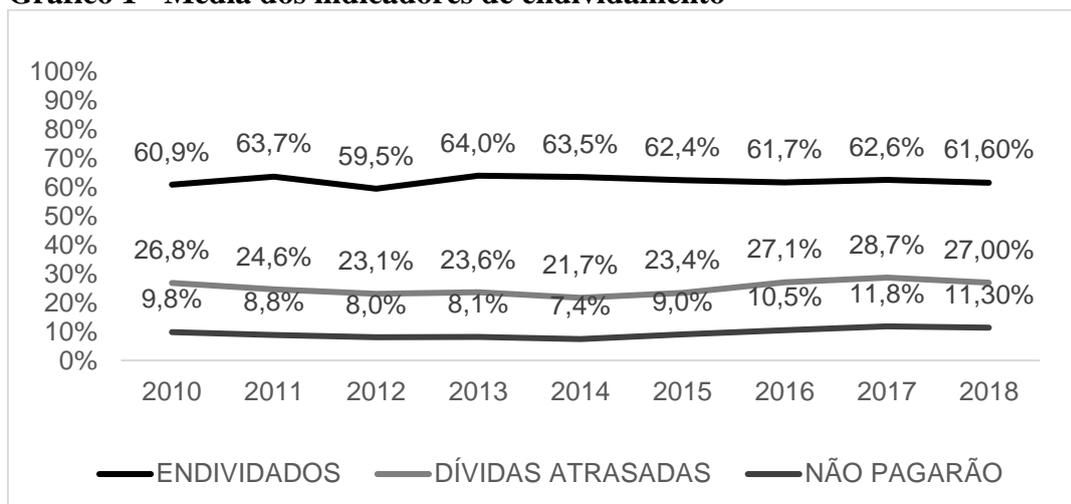
O percentual de famílias com dívidas teve um aumento significativo nesse período de um ano, ficando bem acima do patamar do mesmo mês do ano anterior. A proporção de famílias com dívidas ou contas em atraso também aumentou, assim como as que relataram não ter condições de pagar suas dívidas, permanecendo inadimplentes, na mesma comparação anual.

Abrangendo o período de análise, de junho de 2010 a novembro de 2018, a expansão do endividamento fica mais clara durante o período, crescendo de 55,3% até os 63,7%, respectivamente, de acordo com os dados da série histórica da PEIC. Colocando em média, a variação anual mostra claramente o comportamento do endividamento e inadimplência das famílias, conforme os dados mostrados no gráfico 1.

Durante o período, os números pouco variam e são estáveis podendo ser observado que de 2010 até 2014, as famílias com contas ou dívidas atrasadas e os inadimplentes tiveram uma queda gradual da dívida, melhorando os números do endividamento das famílias, porém, a partir de 2015 os indicadores voltam a subir, ultrapassando os níveis dos anos anteriores até 2010.

Conforme já foi explanado, o endividamento não é ruim, desde que controlado e planejado, o que realmente preocupa são os dados de contas ou dívidas em atraso e inadimplência. Com a restrição, esse contingente reduz as chances de obter crédito, o que impacta o consumo e setores do varejo. Sem a restrição, porém, esses consumidores estariam sujeitos a ver o endividamento crescer de maneira insustentável, ocorrendo o conhecido ciclo vicioso do endividamento. A restrição é dada em parte pelo aumento dos juros causados pela inadimplência, pois aumenta o risco do credor ao fornecer o crédito.

**Gráfico 1 - Média dos indicadores de endividamento**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da CNC/PEIC.

Na tabela 3, são apresentados os dados de endividamento das famílias brasileiras, por tipo de dívida e por nível de renda – até dez salários-mínimos e acima de dez salários-mínimos. Conforme a tabela, a maior parte do endividamento das famílias brasileiras se dá via cartão de crédito, que é responsável por 78,0% do endividamento das famílias com renda de até 10 salários-mínimos e 73,8%, no caso das famílias com renda superior a 10 salários-mínimos.

Cumprindo observar que as famílias com até dez salários-mínimos se comprometem em uma porção bem menor com financiamentos de carro e casa em comparação aos que tem a renda acima de dez salários, 8,6% e 6,4%, comparados a 21,4% e 16,3%, respectivamente. Esse fato demonstra o contraste da questão social do indivíduo, no qual o comportamento do consumidor se caracteriza por sua imagem na sociedade, dessa forma as famílias com rendas maiores tendem a consumir itens de maior custo e de maior prestígio para a sociedade, buscando manter o status social, corroborando a teoria de quanto maior a renda, mais elevado é o gasto.

**Tabela 3 - Tipo de dívida e a porcentagem do total de famílias por nível de renda em janeiro de 2018 – Brasil**

TIPO	RENDA FAMILIAR MENSAL	
	Até 10 SM	+ de 10 SM
CARTÃO DE CRÉDITO	78,0%	73,8%
CHEQUE ESPECIAL	4,5%	6,9%
CHEQUE PRÉ-DATADO	0,8%	1,9%
CRÉDITO CONSIGNADO	5,2%	6,5%
CRÉDITO PESSOAL	9,8%	8,9%
CARNÊS	17,7%	10,1%
FINANCIAMENTO DE CARRO	8,6%	21,4%
FINANCIAMENTO DE CASA	6,4%	16,3%
OUTRAS DÍVIDAS	3,5%	1,1%
NÃO SABE	0,1%	0,0%
NÃO RESPONDEU	0,1%	0,2%

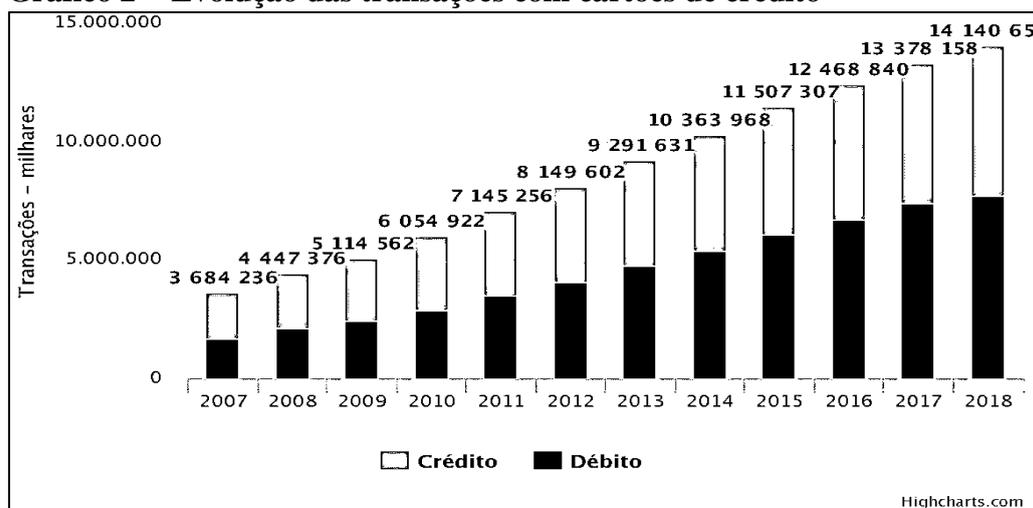
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da CNC/PEIC.

O cartão de crédito é merecedor de atenção especial, pois sozinho representa três quartos dos meios de endividamentos e a principal fonte de obtenção de crédito. No Brasil, o número de cartões de crédito em poder da população, bem como o de transações e movimentação financeira com os mesmos, vem crescendo ano após ano, conforme o gráfico 2.

Observa-se no período de estudo entre 2010-2018 que a evolução da expansão do uso do cartão de crédito da população brasileira mais do que dobrou. Dessa maneira, quanto maior o uso do serviço de crédito, maior também está sujeita a família ao risco de endividamento, principalmente, pelo baixo grau de importância que se dá às questões de finanças pessoais. Isso resta comprovado quando os resultados do Indicador de Uso do Crédito apurado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) apontaram para em uma pesquisa realizada em agosto de 2018, na qual um terço dos consumidores (33%) que usaram cartão de crédito não sabem sequer quanto gastaram.

Além disso, cerca de 25% entraram no rotativo, pagando mais juros, acarretando a elevação do valor total da dívida. Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, o uso do crédito exige cuidados e não pode funcionar como complemento da renda. “A falta de disciplina no controle do orçamento acaba provocando uma desorganização tamanha que, em muitos casos, o consumidor precisa recorrer a renegociações que levam muitos meses para quitar, comprometendo parte do orçamento por um bom tempo” (SPC Brasil, 2018).

**Gráfico 2 - Evolução das transações com cartões de crédito**



Fonte: ABECS (2019)

### 3.2 Comprometimento da renda do brasileiro

O comprometimento da renda das famílias é causado pela parcela dela destinada a amortizar e pagar juros das dívidas adquiridas. É possível observar que há sempre um crescimento da renda comprometida.

No gráfico 3, há a linha de tendência que aponta o crescimento do comprometimento e que a proporção da dívida total das famílias em relação a sua renda anual passou do patamar de 35,75%, em janeiro de 2010, para 46,39%, em abril de 2015, onde alcançou seu pico. Na sequência, houve quedas graduais, chegando à média de 41,52% em 2017, tendo um pequeno crescimento em 2018, alcançando uma média de 42,03%. Porém, ainda se encontra longe de seus índices iniciais e controlados, que nos anos da crise financeira de 2007/2008 estavam em um patamar médio anual de 27,23% e 31,62%, respectivamente. No entanto, o recomendado é comprometer no máximo 30% da renda. A elevação no volume de dívidas já contraídas, e que pelo mesmo em parte resta pagar, pode levar a um crescimento acentuado do comprometimento da renda presente e futura caso a renda tenha seu ritmo de crescimento frustrado.

**Gráfico 3 – Comprometimento da renda com operações de crédito**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Banco Central. (2018)

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu Relatório Global sobre os salários em 2016/2017, ao analisar as economias emergentes específicas do G20, convertendo todos os salários médios no período de 2006 até 2015 de todos estes países em US\$ utilizando taxas de câmbio PPC — e tendo em consideração que os salários médios não são estritamente comparáveis entre países — obtém-se uma média de cerca de US\$PPC 1.300 por mês.

Porém, isso é menos do que metade da média calculada para as economias desenvolvidas do G20, que chega a uma média simples de cerca de US\$PPC 3100 por mês. Isso mostra que os países desenvolvidos tem o poder de compra multiplicado por cerca de 2,4 em relação aos países emergentes (onde é o caso do Brasil).

O *status* é o principal causador do consumo supérfluo, porém, outro ponto está na relação entre preço e renda. O fato dos países em desenvolvimento tenderem a copiar hábitos de consumos de países desenvolvidos influencia, em parte, no modo de consumo local. Porém, a grande diferença está na capacidade de poder aquisitivo de ambos os lados, em que os países desenvolvidos têm um poder de compra maior na relação preço e renda, pois, o salário médio nos países desenvolvidos é bem maior.

### 3.3 Consumo do brasileiro

A classificação das despesas dos brasileiros de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 é estruturada em três fatias: despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. Para o grande grupo das despesas correntes, formada por despesas de consumo (alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene, cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação, cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas) e outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras), sua participação na estrutura de despesa é de 92,1%, sendo que o percentual das despesas de consumo é de 81,3% e outras despesas correntes 10,9%. A parcela do aumento do ativo (aquisição de imóvel, reforma de imóvel e outros investimentos), apresentou participação de 5,8% e a parcela relativa à diminuição do passivo (pagamentos de empréstimos e prestações de imóvel) foi de 2,1%, de acordo com as informações da tabela 4.

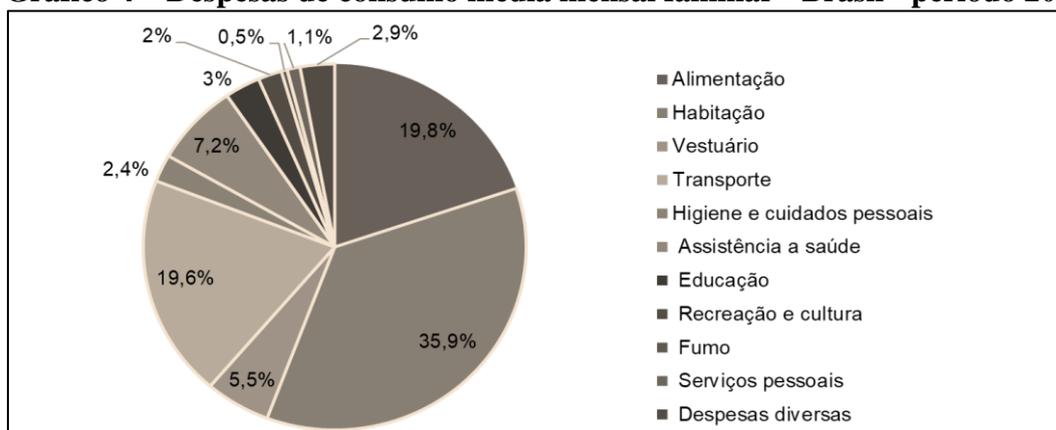
**Tabela 4 – Distribuição das despesas totais em porcentagem no período de 2008 a 2009 – Brasil**

<b>Tipo de Despesa</b>	<b>Despesa total monetária e não monetária média mensal familiar (%)</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>
Despesas correntes	92,1
De consumo	81,3
Outras	10,9
Aumento do ativo	5,8
Diminuição do passivo	2,1

Fonte: IBGE/POF (2008-2009).

No gráfico 4, há informações sobre as despesas de consumo que correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas das famílias. Observa-se que as despesas com alimentação, habitação e transporte correspondem a 75,3% da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, o que representa 61,3% da despesa total. As despesas com habitação respondem pela maior participação nas despesas monetárias e não monetárias de consumo das famílias com 35,9%, seguido por alimentação e transporte, com 19,8% e 19,6% respectivamente. A participação das despesas com assistência à saúde apresenta resultado de 7,2% e vestuário de 5,5%. Dentre os grupos restantes, destacam-se educação (3%), despesas diversas (2,9%) e higiene e cuidados pessoais (2,4%).

**Gráfico 4 – Despesas de consumo média mensal familiar - Brasil - período 2008-2009**



Fonte: IBGE/POF (2008-2009).

## Conclusão

A presente pesquisa possibilita uma melhor compreensão acerca do comportamento das famílias brasileiras em relação às finanças, tema este de grande valia à sociedade e, em particular, aos profissionais da área. Discutir contextos sociais, no que diz respeito ao comportamento das famílias em relação ao seu endividamento e nível educacional financeiro é de grande relevância à compreensão dos impactos que a falta de um planejamento financeiro pode causar na sociedade.

O endividamento familiar descontrolado e sem um plano financeiro pode gerar reflexos não apenas na família, mas também em uma sociedade. Dessa forma, entender os fatores que ocasionam esse cenário de endividamento e seu modo de equilíbrio pode ser muito útil para boas práticas de consumo e uma boa relação da família com sua renda. Assim, é reforçada a importância desse trabalho para todas as famílias que se encontram em situação de endividamento ou estagnação financeira, ressaltando a importância da educação financeira na administração das finanças nas famílias brasileiras para o equilíbrio das contas.

Partindo do objetivo de elaborar um modelo de educação financeira com base em revisões bibliográficas e implantar a importância do uso da educação financeira na vida das famílias brasileiras, definiram-se três objetivos específicos.

O primeiro identificou os principais fatores comportamentais de consumo por meio de uma revisão bibliográfica. Foram encontrados dois aspectos, sendo estes o consumo e o consumismo, o primeiro motivado pelo ato natural de subsistência, aquilo que é necessário, e o segundo motivado por consumo desenfreado e supérfluo, resultado de questões sociais como o *status* e hábitos de consumo.

O segundo identificou o quanto, os meios e com o que o brasileiro se endivida e usa o seu dinheiro, tendo por base os estudos do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 63,6 milhões estavam inadimplentes no primeiro semestre de 2018 no Brasil, sendo que de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua (PNADC) esse número equivale a um pouco mais da metade da força de trabalho ocupada.

As informações do indicador de crédito do Banco Central do Brasil apontam que as famílias brasileiras tiveram um grande crescimento das suas dívidas em 2010, atingindo um máximo de 46,39% em abril de 2015, muito acima dos 27% do ano de 2007, em virtude da utilização do cartão de crédito, de acordo com a PEIC.

No período de 2007 a 2018, os indicadores de endividamento da PEIC, em média, mantiveram-se estáveis, apresentando ligeira oscilação com queda gradual das dívidas entre as famílias detentoras de débitos em atraso, refletindo em uma queda dos números do endividamento das famílias, com elevação dos indicadores de endividamento de 2015 em diante, permanecendo acima dos valores atinentes aos anos anteriores a 2010.

Já em 2010, o endividamento das famílias correspondeu em média a 60,9%, alcançando em 2013 64%, apresentando uma ligeira queda em 2017 para 62,6%, observou-se que a principal causa do aumento das dívidas foi a utilização do cartão de crédito. Os valores dos índices do comprometimento da renda com operações de crédito divulgados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) mostram crescimento do comprometimento da renda, permanecendo em um patamar de 35,75% em janeiro e se elevando para 46,39% em abril de 2015, correspondendo ao pico da série, com posterior diminuição gradual, alcançando uma média de 42,03% em 2018.

As informações da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apontam para o cartão de crédito como o principal motivo do crescimento das dívidas. Em janeiro de 2018, 73,8% do endividamento das famílias com renda acima de 10 salários-mínimos e 78% do endividamento das famílias com renda até 10 salários mínimos ocorreram por conta do uso do cartão de crédito.

Segundo dados da ABECS, no que tange ao cartão de crédito sob tutela da população, no Brasil, as movimentações financeiras e transações aumentaram de 2007 a 2018. As três principais despesas de consumo das famílias são destinadas para habitação (aluguéis, financiamentos de imóveis, reformas e etc.), alimentação e transportes (financiamentos de veículos, consórcios). Identificados os aspectos comportamentais de consumo, foi feita uma análise sobre os meios de consumo e sua destinação, pois de acordo com as informações da

POF, 75,3% da despesa de consumo média mensal das famílias estão relacionadas com alimentação, habitação e transporte, equivalendo a 61,3% da despesa total.

Tendo encontrado os fatores do endividamento, torna-se fundamental conscientizar as famílias por intermédio da educação financeira. Nesse ínterim, para que fique sob controle o comprometimento da renda ocasionado pelas despesas e aquisição de crédito, foi proposto um roteiro que emprega conceitos de educação financeira, o que atende ao terceiro objetivo específico. As etapas propostas foram divididas em quatro passos, sendo que o quarto passo possui três fases, organizando-se um orçamento com um fluxo de caixa para registrar entradas e saídas na primeira fase, enquanto que na segunda fase foram propostos investimentos para os recursos poupados com relação à renda para que os objetivos definidos sejam alcançados.

Dado o quadro de endividamento dos consumidores com a utilização do cartão de crédito, conceitua-se educação financeira para atendimento do terceiro objetivo específico, que consiste no desenvolvimento de habilidades para que as decisões sejam feitas de maneira consistente para a administração dos recursos pessoais.

De acordo com a ENEF (2010), a educação financeira conscientiza as pessoas acerca da imprescindibilidade em se planejar suas finanças com o objetivo de se utilizar o dinheiro de maneira ponderada. Assim sendo, entende-se educação financeira como o nível de compreensão de um indivíduo a respeito de conceitos financeiros estratégicos que lhe permita administrar de uma melhor maneira suas finanças pessoais, elevando suas habilidades para que ocorra maior conscientização a respeito de riscos e questões financeiras, a fim de fazer escolhas com conhecimento e ter informações de como pedir auxílio para agir de uma melhor forma quando for administrar suas finanças pessoais de forma mais aprimorada, promovendo, assim, um aumento das suas condições financeiras.

Para manter o controle do comprometimento da renda oriunda da aquisição de crédito e das despesas, eliminando ou minimizando o risco de endividamento, foi identificado um roteiro com base em conceitos de educação financeira, o que atende o terceiro objetivo específico. Os passos definidos a ser cumpridos foram dados em duas etapas e quatro passos: a primeira etapa é a criação de um fluxo de caixa aliado a um orçamento e um posterior diagnóstico das entradas e saídas; na segunda etapa foi feita a elaboração de objetivos e investimentos, nos quais foi especificada a destinação de recursos por meio de elaboração de metas a serem atingidas, buscando um bem-estar financeiro e alcance dos objetivos. O passo um envolve a formulação de um fluxo de caixa para que as entradas e saídas de dinheiro possam ser melhor administradas. O passo dois engloba eliminar dívidas caso estejam presentes, sendo que o passo três consiste

em fazer uma reserva de emergência para ser aplicada em uma caderneta de poupança ou em um fundo de renda fixa. O passo quatro é o êxito em lograr sucesso na obtenção da independência financeira.

Para finalizar, o estudo contextualiza o endividamento de um modo geral, o que abre condições para posteriores pesquisas aplicadas em questões específicas. É possível confrontar resultados do estudo com temas como desemprego, renda, cultura de consumo, taxa de juros e consumo, cartão de crédito e dentre outros. Os dados levantados neste trabalho apresentam e comprovam os meios, os fins e o desenvolvimento do uso de crédito e renda das famílias, podendo ser usados para estudos específicos posteriores.

## Referências

ARAÚJO, B. O de. **Um estudo sobre o endividamento e a inadimplência dos consumidores na Região Metropolitana do Recife**. 2014. 56 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.

ABECS. Associação Brasileira de Empresas de Cartões e Serviço. **Indicadores e Gráficos**. Disponível em: <<https://www.abecs.org.br/graficos>> Acesso em 02 de dezembro de 2019

ASSOUS, M. David GRAEBER, Debt The first 5,000 years , Melville House, New York, 2011, 534 p, **Revue Française de Socio-Économie**, n. 2, p. 251-254, 2013. Verificar referência

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas de crédito**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BELLIOMINI, J.; PAYÉS, M. O aumento do endividamento das famílias durante o governo Lula. **€co\$**, v. 6, n. 1, p. 99-114, 2016.

BLANCHARD, O, J. Macroeconomia. 4a edição. São Paulo\_ Pearson, 2007

BRASIL. Estratégia nacional de educação financeira (ENEF). Brasília: ENEF, 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF**: anexos. 2011. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BROWN, S., TAYLOR, K., PRICE, S. 2005. Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. **Journal of Economic Psychology**, 26, p. 642-663.

CABRAL, K.F. **Reserva de Emergência: como fazer e top 4 investimentos**. 2022.

Disponível em: <https://blog.rico.com.vc/reserva-financeira> . Acesso em: 10 de maio de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC**. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 15 de abr. 2019.

COSTA, E. E. D. da. **A aplicabilidade da educação financeira versus o endividamento pessoal**: um estudo de caso com os funcionários de uma distribuidora de bebidas de Caicó/RN. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

D'AQUINO, C. **Educação Financeira**: como educar seus filhos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DONADIO, R; CAMPANARIO, M,A; RANGEL, A, S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75- 93, 2012

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M.; IKEDA, A. A.; SANTOS, R. da C. Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, p. 89-99, 2004.

EASTMAN, J. K. *et al.* Status consumption in consumer behavior: Scale development and validation. **Journal of marketing theory and practice**, v. 7, n. 3, p. 41-52, 1999.

FIGUEIRA, R. F.; PEREIRA, R. Cassia. Faria. Devo, não nego, pago quando puder: uma análise dos antecedentes do endividamento do consumidor. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 5, p. 124-138, 2014.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**: você é o maior responsável. Gulf Professional Publishing, 1999.

FREITAS, D. G.; SOUZA, L. C. de; BAPTISTA, T. F. de M.; OLIVEIRA, X. T. F. de. A influência da propaganda no comportamento do consumidor: um estudo sobre a compulsão feminina de compra. **Fórum de Administração**, v. 5, n. 1, 2013.

GALLERY, N.; *et al.* Financial literacy and pension investment decisions. **Financial Accountability & Management**. V. 27, issue 3, p. 286-307, aug. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROHMANN, M. Z.; BATTISTELLA, L. F.; RADONS, D. L. O Consumo de status e suas relações com o materialismo: análise de antecedentes. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 3, p. 3-26, 2012.

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 37–54, 2012.

JACOB, K.; SHARYL, H.; MALCOLM, B. **Tools for survival**: an analysis of financial

INFORME ECONÔMICO (UFPI) – ISSN 2764-1392

ANO 26 – VOLUME 49 – NÚMERO 2 – JULHO-DEZEMBRO, 2024

literacy programs for lower income families. Chicago: Woodstock Institute, 2000.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, juros e da moeda**. Springer, 1936.

KLAPPER, Leora, et. al. Financial literacy around the world: Insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey, 2014. Disponível em: <[Finlit\\_paper\\_16\\_F2\\_singles.pdf \(gflec.org\)](#)> Acesso em: 17 Jul.2024.

LEAL, C. P.; DO NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento financeiro pessoal. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 15, n. 22, 2015.

LITWIN, A. Além da usura: um estudo sobre uso e preferência por cartões de crédito entre consumidores de baixa renda. **Texas Law Review**, v. 86, p. 451, 2008.

LORENSI, M. *et al.* Principais fatores causadores da inadimplência. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FSG, 2. **Anais [...]**, 2011.

LUSARDI, A. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. **Swiss Journal of Economics and Statistics**, v. 155, n. 1, p. 1-8, 2019

MARQUES, C. L. Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 75, p. 09-42, 2010.

MEDEIROS, G. M. M. *et al.* Endividamento e literacia financeira na perspectiva dos consumidores endividados no cartão de crédito. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 38, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro, 2014.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT - OCDE. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**. Paris: OCDE, 2005.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. L. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes. In: ENCONTRO CIENTÍFICO E I SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 1. 2007, Lins, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2007.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório global sobre os salários 2016/17**: Acesso em: 10 de out. de 2018.

PAIS, M, J; OLIVEIRA, M, L; GÓIS, M, M; CABRITO, B, G (2013), *Economia A 10.º Ano*, Lisboa: Texto Editores, 2013.

PEREIRA, C. R.; STREHLAU, S. A dívida na dívida: um estudo sobre o endividamento familiar. **VEMA. Curitiba: Anpad**, p. 1-14, 2012.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SANTOS, J. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, J. T. de L.; SOUZA, D. A. de; FAJAN, F. D. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12, 2015, Resende, RJ, Anais... Resende: SEGET, 2015. p. 1-15. Disponível em: . Acesso em: 21 out. 2017

VIEIRA, J. F. **A relação entre endividamento e a falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma - SC**. Criciúma, 2014. Monografia (Bacharelado em Administração com habilitação em Comércio Exterior). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2014.